

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CONDEIXA

Anexo

8 de março de 2019

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Ativos Fixos Tangíveis	12
5	Ativos Intangíveis	14
6	Custos de Empréstimos Obtidos	15
7	Inventários	15
8	Rédito	16
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo	16
10	Benefícios dos empregados	16
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	17
12	Outras Informações	17
12.1	Investimentos Financeiros	17
12.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17
12.3	Créditos a Receber	18
12.4	Outros Ativos Correntes	18
12.5	Diferimentos	18
12.6	Caixa e Depósitos Bancários	18
12.7	Fundos Patrimoniais	19
12.8	Fornecedores	19
12.9	Estado e Outros Entes Públicos	19
12.10	Outros Passivos Correntes	20
12.11	Subsídios, doações e legados à exploração	20
12.12	Fornecimentos e serviços externos	20
12.13	Trabalhos para a própria entidade	21
12.14	Outros rendimentos	21
12.15	Outros gastos	21
12.16	Resultados Financeiros	22
12.17	Acontecimentos após data de Balanço	22
12.18	Outras Considerações	22

1 Identificação da Entidade

A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CONDEIXA é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social com estatutos publicados no Livro 1 das Irmandades das Misericórdias sob o n.º 6185 a Fls.190 verso e 191, em 12-04-1985 - Direcção-Geral da Segurança Social, com sede em Condeixa-a-Nova. Tem como atividades de Creche, Educação Pré-Escolar, Centro de Acolhimento Temporário, Lar de Idosos, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário e Cantina Social, para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Prestação de Serviço de Segurança Social, seu fim principal, podendo secundariamente exercer atividades no âmbito da saúde, educação e cultura.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março com alterações na Portaria n.º220/2015 de 24 de julho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) - DL n.º 98/2015 de 2 de junho;
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) - Portaria n.º218/2015 de 23 de julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas

quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	4
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	4

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo.

São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.5 Propriedades de Investimento

No ano 2018 as propriedades de investimentos são reconhecidas como Ativo Fixo Tangível segundo a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (Parágrafo 7.5).

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os bens doados encontram-se valorizados ao justo valor.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alteração no Risco Segurado;
 - Alteração na Taxa de câmbio;

- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço a rubrica "Clientes/Utentes" no balanço passou a designar-se "Créditos a Receber".

Os "Créditos a receber" e os "Outros ativos correntes" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço.

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo;
- Excedentes de Revalorização;
- Resultados Transitados.

3.2.9 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.10 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas; solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

4 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2017, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	1 775,00					1 775,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	1 775,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 775,00

No período de 2018, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2018					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	1 775,00					1 775,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	1 775,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 775,00

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os

abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	3 328 351,00					3 328 351,00
Edifícios e outras construções	5 019 979,24	6087,90				5 026 067,14
Equipamento básico	189 769,55	11541,40				201 310,95
Equipamento de transporte	195 253,68		-23326,42			171 927,26
Equipamento administrativo	460 821,03	1968,96				462 789,99
Ativos fixos tangíveis em curso	260 913,34	206987,75				467 901,09
Total	9 455 087,84	226 586,01	-23 326,42	0,00	0,00	9 658 347,43
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	972 996,43	120066,32				1 093 062,75
Equipamento básico	159 247,71	8159,95				167 407,66
Equipamento de transporte	146 595,48	12658,04	-23326,42			135 927,10
Equipamento administrativo	449 572,66	10400,75		-519,31		459 454,10
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00			519,31		519,31
Total	1 728 412,28	151 285,06	-23 326,42	0,00	0,00	1 856 370,92

Descrição	2018					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	3 328 351,00					3 328 351,00
Edifícios e outras construções	5 026 067,14					5 026 067,14
Equipamento básico	201 310,95	2359,78	-212,53			203 458,20
Equipamento de transporte	171 927,26					171 927,26
Equipamento administrativo	462 789,99	4046,69	-341,94			466 494,74
Ativos fixos tangíveis em curso	467 901,09	540801,60				1 008 702,69
Total	9 658 347,43	547 208,07	-554,47	0,00	0,00	10 205 001,03
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	1 093 062,75	120066,32				1 213 129,07
Equipamento básico	167 407,66	8134,85	-212,53			175 329,98
Equipamento de transporte	135 927,10	9000,04				144 927,14
Equipamento administrativo	459 454,10	7228,82	-341,94			466 340,98
Outros Ativos fixos tangíveis	519,31					519,31
Total	1 856 370,92	144 430,03	-554,47	0,00	0,00	2 000 246,48

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	3 377,14	104,55				3 481,69
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	3 377,14	104,55	0,00	0,00	0,00	3 481,69
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	1 765,04	840,87				2 605,91
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	1 765,04	840,87	0,00	0,00	0,00	2 605,91

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	3 481,69					3 481,69
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	3 481,69	0,00	0,00	0,00	0,00	3 481,69
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de	2 605,91	840,93				3 446,84

Computador						
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	2 605,91	840,93	0,00	0,00	0,00	3 446,84

6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	68 977,47	0,00	68 977,47	82 515,19	68 977,47	151 492,66
Total	68 977,47	0,00	68 977,47	82 515,19	68 977,47	151 492,66

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2018			2017		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano						
De um a cinco anos						
Mais de cinco anos	82515,19	386,57	82901,76	82235,16	666,60	82901,76
Total	82 515,19	386,57	82 901,76	82 235,16	666,60	82 901,76

7 Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2017				2018		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3 601,44	284512,53	-1323,37	3 691,15	264148,03	-621,29	4 861,71
Produtos de Higiene	7 817,20	70552,76	-9,10	5 757,95	63029,59	-16,68	9 020,76
Material de Escritório	175,51	3445,22	-20,67	149,06	3860,37	-26,99	386,94
Total	11 594,15	358 510,51	-1 353,14	9 598,16	331 037,99	-664,96	14 269,41
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				359 153,36			325 701,78
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

8 Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	1 298 550,95	1 263 911,44
Serviços Secundários	48 626,41	54 176,04
Descontos e Abatimentos a Utentes	-5 346,89	-3 035,36
Devolução a Utentes	-2 370,60	-1 833,37
Total	1 339 459,87	1 313 218,75

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo		
PIDDAC - Ampliação do Lar	193 869,81	200 354,18
FEDER-OE Construção Creche "Pézinhos de Lã"	173 890,64	178 454,29
Sistema Solar Térmico	30 845,09	31 597,41
CLDS+ - Jogos Sociais	2 968,71	6 409,81
Cozinha Central - Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova	35 000,00	35 000,00
Total	436 574,25	451 815,69

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2018 e 2017, foram, respetivamente 5 elementos.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de 144 e em 31/12/20018 foi de 142.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	1 496 454,23	1 442 889,75
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	1 947,02	3 014,20
Encargos sobre as Remunerações	331 019,47	318 541,71
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	19 264,39	15 716,60
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	89 859,84	86 337,00
Total	1 938 544,95	1 866 499,26

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas foram de 2999,97.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2018	2017
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	8 681,31	5 980,14
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	8 681,31	5 980,14

12.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	8 188,50	7 853,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	-1 521,00	-1 521,00
Total	6 667,50	6 332,00

No ano de 2016 foram consideradas perdas por imparidade as dívidas de quotas de irmãos superiores a cinco anos.

12.3 Créditos a Receber

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	26 665,05	32 768,57
Total	26 665,05	32 768,57

12.4 Outros Ativos Correntes

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	386,56
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	38 537,18	34 358,08
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	193039,85	334632,60
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	231 577,03	369 377,24

12.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
	12949,68	12669,40
Total	12 949,68	12 669,40
Rendimentos a Reconhecer		
	40403,95	115906,10
Total	40 403,95	115 906,10

12.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	4 501,73	4 698,14
Depósitos à ordem	452 472,96	289 792,86
Depósitos a prazo	1 380 890,16	2 000 000,00
Outros		
Total	1 837 864,85	2 294 491,00

Existe um depósito a prazo constituído no Millennium BCP no montante de 130 890,16€, que garante o empréstimo contraído no valor de 1 000 000,00€. Este valor só poderá ser utilizado/libertado na proporção da liquidação da dívida.

12.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	239 676,12	0,00	0,00	239 676,12
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	4 261 024,79	69 357,01	0,00	4 330 381,80
Excedentes de revalorização	4 327 729,59	0,00	-61 049,38	4 266 680,21
Outras variações nos fundos patrimoniais	769 589,01	0,00	-15 241,44	754 347,57
Total	9 598 019,51	69 357,01	-76 290,82	9 591 085,70
Resultado Líquido do Período	8307,63	1214,66	-8307,63	1214,66
Total	9606327,14	70571,67	-84598,45	9592300,36

O aumento dos resultados transitados é proveniente da realização da reserva de reavaliação para o ano de 2018 no valor de 61 049,38€ e da transferência do Resultado Líquido do ano 2017.

A diminuição nas outras variações nos fundos patrimoniais deve-se, ao reconhecimento do ganho dos subsídios ao investimento na mesma proporção das depreciações do ano 2018.

12.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	98 600,90	89 927,75
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	98 600,90	89 927,75

12.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	37457,08	30 014,98
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	37 457,08	30 014,98

Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	8 572,26	6 804,58
Segurança Social	37 965,96	36 976,60
Outros Impostos e Taxas	130,80	127,23
Total	46 669,02	43 908,41

12.10 Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros Passivos Correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		101,01		113,49
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		63 864,02		33 722,45
Credores por acréscimo de gastos		266 307,53		269 731,74
Outros credores		205472,05		254729,04
Total	0,00	535 744,61	0,00	558 296,72

A conta credor por acréscimo de gastos reflete na sua maioria o valor a pagar aos colaboradores relativo a férias e subsídio de férias.

O Valor da conta outros credores, deve-se essencialmente ao valor que corresponde ao Centro Social Polivalente de Ega relativo aos reembolsos do CLDS 3G.

12.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1 308 096,17	1 334 864,17
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	1 308 096,17	1 334 864,17

12.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	142 362,96	165 214,70
Materiais	19 911,14	12 332,97
Energia e fluidos	140 919,07	134 638,43
Deslocações, estadas e transportes	9 058,23	8 542,65
Encargos com Utentes	31 414,45	37 865,89
Serviços diversos	48 056,42	47 306,36
Total	391 722,27	405 901,00

12.13 Trabalhos para a própria entidade

Descrição	2018	2017
Subsídio de Alimentação - Pessoal	80 184,63	77 993,56

Nesta conta foi reconhecido o valor do subsídio de alimentação pago aos funcionários em géneros alimentares.

12.14 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	8 793,96	4 869,85
Descontos de pronto pagamento obtidos	3 903,07	4 405,32
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	45,97	36,48
Rendimentos em investimentos não financeiros	10 242,81	12 986,02
Outros rendimentos	51 829,54	41 723,51
Total	74 815,35	64 021,18

12.15 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	252,08	0,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	5 942,42	10 598,10
Total	6 194,50	10 598,10

12.16 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	386,57	666,60
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	386,57	666,60
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	5 273,11	13 281,97
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	5 273,11	13 281,97
Resultados Financeiros	4 886,54	12 615,37

12.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas em Assembleia Geral a 27 de Março de 2018.

12.18 Outras Considerações

A Mesa administrativa propõe que o resultado Líquido Positivo do período de 2018, no valor de €1.214,66, seja transferido na sua totalidade para Resultados Transitados.

CONDEIXA, 8 de março de 2019

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado

João Ricardo de Almeida Santos Vizin
Miguel Pessoa
João da Costa

J. Costa

